

EDUCAÇÃO, IDENTIDADE E CIDADANIA: UMA LEITURA DA AÇÃO POLÍTICA DO POVO “RESSURGIDO” ARANÁ

EDUCATION, IDENTITY AND CITIZENSHIP: A READING OF THE POLITICAL ACTION OF THE PEOPLE “RISEN” ARANÁ

Vera Lúcia Soares de ARAÚJO¹
Levino BERTAN²

RESUMO: A pesquisa intitulada “Educação, identidade e cidadania: uma leitura da ação política do povo ‘ressurgido’ Araná” teve como objetivo compreender o processo de educação política desencadeado pelos índios araná na Região Norte do Estado de Minas Gerais. O projeto observou o contexto histórico dos “ressurgidos”, a história de resistência da família Índio e Caboclo, e a gestão participativa das Organizações Não Governamentais (ONGs) que mediaram os procedimentos de reorganização da etnia. Identificamos, no processo pedagógico, a aprendizagem de saberes políticos que conduziram para a oficialidade a etnia. O aprendizado da identidade cultural, seu reconhecimento, proporcionou ganhos significativos na cidadania. A pesquisa se desenvolveu na abordagem qualitativa, utilizando como procedimento o estudo de caso. Utilizaram-se duas fontes para responder ao objetivo proposto: uma documental escrita e outra oral, feita por meio de entrevistas parcialmente estruturadas. A entrevista foi realizada com treze pessoas, entre elas dez membros da etnia, e três gestores de organizações educacionais dos índios araná, por ocasião da realização de um projeto de iniciação científica da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

PALAVRAS-CHAVE: Educação política. Gestão. Identidade étnica e cidadania.

INTRODUÇÃO

A entrada no século XXI registra definitivamente um novo percurso na história do movimento indígena. As organizações políticas decidem buscar caminhos e práticas educacionais diferenciadas para se contraporem a ideia de aprendizagem da integração das culturas indígenas desenvolvida na segunda metade do século XX.

Surge, no cenário nacional, um intenso movimento formativo e de reorganização, criando condições educacionais favoráveis para o reaparecimento de etnias consideradas extintas. O fenômeno a que nos propusemos estudar é denominado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) de “ressurgidos” e, pelos antropólogos especializados em índios, de “emergentes”.

A etnia em estudo é parte de um grupo de sobreviventes que resistiu à história de beligerância desencadeada contra indígenas no Vale do Jequitinhonha. Os confrontos fizeram com que eles fossem escravos, agregados em fazendas, trabalhadores rurais

¹ Mestra em Educação pela Universidade do Oeste Paulista. Membro do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Professora de Filosofia da Rede Estadual de Minas Gerais.

² Professor aposentado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Oeste Paulista.

sem terra, artesãos, e alguns membros do povo migraram para periferias das cidades, localizando-se hoje na região de Coronel Murta, Araçuaí, Virgem da Lapa, Pontos dos Volantes, São Paulo, Belo Horizonte, Betim, Juatuba, Itinga e Pará de Minas.

No início da década de 1990, surgiram organizações educativas que tiveram duas intencionalidades: ajudar os aruanãs a desvendarem a memória do massacre, facilitando processos de aprendizagens culturais, e, no segundo momento, pedir oficialmente ao Estado brasileiro o reconhecimento oficial como identidade étnica.

A constituição de 1988, no artigo primeiro afirma que o Brasil constitui-se em um estado democrático de direito e tem como fundamentos: a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, garantindo no Art. 231 a proteção à cultura indígena. “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo a União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.” (BRASIL, 2000, p. 128).

Para responder ao recorte de investigação, esta pesquisa dialogou com as categorias *educação política, gestão, identidade étnica e cidadania*. Adorno define, na obra *Educação e emancipação*, um conceito de educação comprometido com a formação política do seu tempo.

Gostaria de apresentar a minha concepção inicial de educação. Evidentemente não assim chamada modelagem de pessoas, porque não temos o direito de modelar pessoas a partir do seu exterior; mas também não a mera transmissão de conhecimentos, cuja característica de coisa morta já foi mais do que destacada, mas a produção de uma consciência verdadeira. Isto seria da maior importância política; sua ideia se é permitido dizer assim, é uma exigência política. (ADORNO, 2010, p. 141).

O autor, ao mencionar a história da barbárie na Segunda Guerra Mundial, afirma a importância de uma educação que prepare o ser humano para a consciência, dando conta de compreender a dimensão dialética do mundo. A pessoa em formação é estimulada a compreender os fenômenos de opressões nas estruturas de poder político, posicionando-se com ações de resistência. Paulo Freire (2005, p. 28), “O homem deve ser sujeito da sua própria educação.” Em sua vasta obra sobre Educação, alerta-nos para a sensibilidade pedagógica que necessitamos desenvolver ao nos colocarmos como facilitadore/as de processos educativos. A metodologia de trabalho deve nos conduzir para relacionar com os educando/as como sujeito/as do seu processo de formação.

Na trajetória aruanã, diversas organizações chamam para si e executam a educação de acordo com as demandas e necessidades do grupo. As instituições estratégicas que impulsionam a educação são organizações não governamentais localizadas no terceiro setor. Chamon (2007), no livro *Gestão de organizações públicas e privadas*, faz uma divisão da educação formal e informal no processo de mobilização política. Apresenta a *gestão* da demanda identitária como emergente e com visibilidade nos movimentos

sociais. No setor da educação informal, ela destaca os movimentos étnicos raciais que demandam direitos culturais, preservação e defesa das culturas locais, do patrimônio de etnias e povos.

A pesquisadora Gohn, estudiosa dos movimentos sociais e de processos de formação em educação política, denomina o espaço em estudo, de *educação não formal*. Ela faz uma retrospectiva da educação relendo vários autores, inclusive Freire, afirma que um processo de aprendizagem ocorre quando as informações fazem sentido para os indivíduos inseridos em um contexto social. Uma comunidade educativa não formal pode equacionar os seguintes saberes:

Prática: como se organizar, como participar, como unir-se e que eixos escolher.

Teórica: quais os conceitos-chaves que mobilizam as forças sociais em confronto (solidariedade, inclusão social, participação, cidadania, emancipação, etc.) e como adensá-los em práticas concretas.

Técnico-instrumental: como funcionam os órgãos governamentais [...].

Cultural: quais são os elementos que constroem a identidade do grupo [...].

Social: Como falar e ouvir em público [...].

Política: quais são seus direitos e os da sua categoria, quem é quem nas hierarquias do poder estatal [...]. (GOHN, 2010, p. 42-43).

Para *identidade cultural*, buscamos a fundamentação teórica na Antropologia. O adjetivo etnos refere-se a povo ou nação. Na contemporaneidade, o termo mantém o seu significado básico e descreve um grupo que tem algum grau de coerência e solidariedade, composto por pessoas conscientes de ter origens e interesses comuns. A identidade é elaborada no interior de uma cultura, construindo sentidos e modos de vida de um indivíduo, grupo e sociedade. Laplantine (2000, p. 119-120) explica: [...] “A cultura é um conjunto dos comportamentos, saberes e saber-fazer característicos de um grupo humano ou de uma sociedade dada, sendo as atividades adquiridas através de um processo de aprendizagem e transmitidas ao conjunto de seus membros.”

No Brasil, a discussão e as lutas por direitos de *cidadania* ganharam novos espaços a partir de 1985, com a reconquista da democracia após o ciclo de dominação militar instalado em 1964. Segundo Carvalho

[...] tornou-se costume desdobrar a cidadania em direitos civis, políticos e sociais [...]. Direitos civis são os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. Direitos políticos se referem à participação do cidadão no governo da sociedade. Seu exercício é limitado à parcela da população e consiste na capacidade de fazer demonstrações políticas, de organizar partidos, de votar, de ser votado [...]. Os direitos políticos têm como instituição principal os partidos e um parlamento livre e representativo [...]. Direitos sociais garantem a participação na riqueza coletiva. Eles incluem direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria. (CARVALHO, 2002, p. 9-10).

A aquisição de uma cidadania plena inclui as três dimensões. Pinsky e Pinsky levantam uma interrogação a respeito da cidadania indígena. Existe um fenômeno que precisa ser observado nesta virada de milênio, pois etnias que os especialistas consideravam extintas se reorganizam em busca do seu lugar, do seu direito de participar da democracia. Pinsky e Pinsky interrogam:

Indígenas que haviam sobrevivido até a década de 1950 e que todo mundo esperava o fim, param de decair em números e em consistência natural, recuperam sua demografia, consolidam seus territórios e agora buscam afirmar-se com alguma espécie de autonomia perante a nação brasileira. Será isto cidadania? (PINSKY E PINSKY, 2003, p. 420)

Investigamos a educação política com base nas seguintes indagações:

- Quais as ações desencadeadas pelos aranhas para oficializar sua identidade étnica e conquistar a sua cidadania?
- Existiu formalização de seus interesses nas esferas do Executivo, Legislativo e Judiciário, e nos planos municipal, estadual e federal?
- Quais foram as associações feitas por essas etnias entre conquistas de direitos e reafirmação da identidade étnica?

O Objetivo da pesquisa foi descrever o processo de educação política desencadeado pelos aranhas, identificando os processos cognitivos e os significados criados por eles/elas, para reivindicarem a oficialização da identidade étnica e a conquista da cidadania.

METODOLOGIA

A pesquisa se desenvolveu na abordagem qualitativa, utilizando como procedimento duas fontes para responder ao objetivo proposto: uma documental escrita e outra oral, feita por meio de entrevistas parcialmente estruturadas.

Num primeiro momento, fizemos uma revisão bibliográfica detalhada: releitura da bibliografia referente ao corpo teórico adotado para tratar do problema. Essa revisão bibliográfica permitiu um melhor aproveitamento do material levantado no decorrer dos demais procedimentos utilizados: levantamento e análise documental, a entrevista e a construção interativa de uma explicação.

Laville e Dionne assim definem a pesquisa documental: “[...] um documento pode ser mais do que um pergaminho poeirento. O termo designa toda fonte de informação já existente. Tudo que se pode extrair dos recursos audiovisuais, [...] todo vestígio deixado pelo homem.” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 166).

Durante a realização do trabalho, houve inicialmente a necessidade de definir os critérios para a seleção dos aranhas e lideranças que participariam das entrevistas.

Optamos pela escolha da representante jurídica do Conselho Indígena Aranã Pedro Sangê CIAPS e uma filha de Pedro Sangê que contribuíram com o resgate da cultura. Escolhemos moradores do Sítio de Coronel Murta para compreender a formação e os impactos da cidadania no mundo rural, e recortamos uma amostra na cidade de Belo Horizonte para entender as influências da organização étnica no mundo urbano.

Sendo assim, foram escolhidas dez pessoas da etnia e três lideranças externas. Sendo elas, o coordenador do Cimi de Belo Horizonte; uma educadora de Araçuaí; três araná residentes no bairro Barreiro, em Belo Horizonte; quatro araná da cidade de Araçuaí; um bispo emérito da Diocese de Araçuaí; e três araná da cidade de Coronel Murta.

Escolhemos o modelo de entrevista parcialmente estruturada que, segundo Laville e Dionne, é aquela cujos temas são particularizados e as questões abertas e preparadas antecipadamente. Essa modalidade de entrevista dá ao pesquisador a plena liberdade quanto à eventual retirada de algumas perguntas, à ordem em que as questões estão colocadas e ao acréscimo de perguntas improvisadas. Quivy e Campenhoude enriquecem o conceito afirmando: “É um método de recolha de informações, no sentido mais rico da expressão, o espírito teórico do investigador deve, no entanto, permanecer continuamente atento, de modo que as suas intervenções tragam elementos de análise tão fecundo quanto possível”. (QUIVY E CAMPENHOUD, 1998, p. 192).

Para análise dos documentos e dos discursos das lideranças, estabelecemos categorias que possibilitaram interpretar o conteúdo e os significados dos diferentes discursos, buscando identificar, nas falas, as associações feitas entre educação política, luta por direitos e identidade étnica. Bakhtin relata, no livro *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, que os signos de um discurso não são desprovidos de filosofia e de ideologias construídas no interior de uma cultura. “O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. Tudo o que é ideológico possui um valor semiótico.” (BAKHTIN, 2006, p. 33). Observamos a profundidade específica dos discursos, tais como informações veiculadas, associações estabelecidas e a coerência discursiva.

PEDAGOGIA DA MEMÓRIA: APRENDENDO COM SEU PASSADO

Ecléa Bosi descreve no livro *Memória e sociedade*, que a função da velhice é ser guardiã do passado. A “melhor idade” tem como tarefa primordial lembrar e aconselhar. Unir o início e o fim, o que foi e o porvir. Ela nos conduz à reflexão: “Qual a função da memória? Não reconstrói o tempo e não o anula tampouco. [...] Quem guarda a memória no Hades transcende a condição mortal, não vê mais oposição entre a vida e a morte.” (BOSI, 1998, p. 89).

A memória, para os índios araná, é compreendida no presente, como um espaço primordial. Lugar onde eles aprendem, demarcam e revivem o espaço simbólico (casa = cultura), alinhando histórias e conhecimentos que estavam perdidos. Reminiscências que Ecléa Bosi sinaliza como dupla necessidade de conservação e elaboração.

Langness (1973, p. 15), no livro *Histórias de vida na ciência antropológica*, descreve que o pesquisador “[...] pode conhecer os fatos através das informações ou de suas próprias observações.” Segundo a autora, os dados antropológicos são conseguidos quase que exclusivamente na pesquisa de campo, e as histórias de vida são matéria em potencial para desvendar conhecimentos.

O relatório antropológico “Araná: a luta de um povo no Vale do Jequitinhonha”, realizado pelo Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (Cedefes) aponta os registros da etnia. Descreve a historiografia que, por volta de 1800, existiu na região um grupo numeroso de botocudos, dividido em várias famílias que geograficamente situaram-se em toda a bacia do rio Suaçuí Grande, afluente do Rio Doce pela margem esquerda. Com o fortalecimento da colonização, os índios foram agrupados no Aldeamento Nossa Senhora da Conceição do Rio Doce, sofrendo grande diminuição em seu número devido às epidemias. A partir de 1873, com o projeto de colonização e a fundação do Aldeamento de Nossa Senhora dos Anjos de Itambacuri, os índios foram aldeados pelos frades capuchinhos. Não aceitando as condições de submissão impostas pela evangelização, organizaram a primeira rebelião indígena no aldeamento.

As pesquisas confirmam que os atuais araná são um subgrupo dos índios botocudos. A observação de alguns dados e localidades relativos aos sujeitos pesquisados tornou-se necessária para o devido esclarecimento da situação que hoje caracteriza a referida experiência de massacre. O território se localiza nos municípios de Capelinha, Vale do Jequitinhonha, Malacacheta, Poté e Itambacuri, no Vale do Rio Mucuri.

Mattos (2002, p. 208) relata que o “[...] acompanhamento da trajetória Araná parece evidenciar, no entanto, um insistente esforço de sobrevivência e autonomia coletiva, e não simplesmente a busca da sobrevivência física dos seus indivíduos.” Pesquisa realizada nos arquivos do aldeamento capuchinho de Nossa Senhora da Conceição de Itambacuri mostra que Manoel Índio de Souza é descendente dos araná, subgrupo dos índios botocudos. Mattos afirma:

Os araná atuais, em processo de “emergência étnica”, têm se apropriado do etnônimo e do passado dos Araná históricos na elaboração de sua etno-história, por outro lado seria ao de um longo processo de aliança e “mestiçagem” entre duas famílias de origem indígena – uma das quais remonta seu passado ao aldeamento missionário de Itambacuri. (MATTOS, 2002, p.200).

As lembranças existem e são perceptíveis nos signos da oralidade que registrou a violência e opressão. “Minha avó foi pega no laço”, “Meu avô foi pego no mato”. As impressões foram resguardadas pela cultura. Mattos confirma que o registro do sobrenome Índio, deixado por Manoel aos seus descendentes, carrega significados de educação política:

O nome “Índio” que estes indivíduos carregam – seja como patronímico que compõe a sua “assinatura”, seja como qualidade indígena inerente à sua pessoa – pode caracterizar, de acordo com os contextos Inter étnicos em que se inserem, significados diversos para a ação política, de assujeitamento ou resistência. Em todos os casos, um signo do destino parece inscrito no nome. (MATTOS, 2002, p. 495)

De acordo com oralidade e pesquisa documentais, as existências dos atuais índios têm sua origem na história de Manoel Índio de Souza, sobrevivente dos araná, que foi levado, ainda criança, pela família Figueiredo para o Vale do Jequitinhonha. Ali se criou juntamente com uma menina índia de nome Isabel.

Manoel se casou com Isabel, com quem teve três filhos, sendo o caçula Pedro Inácio Índio de Souza, que nasceu provavelmente no ano de 1883, na Fazenda Alagadiço, e faleceu no final da década de 1960.

Pedro viveu a maior parte de sua vida trabalhando para a família Figueiredo Murta. Contraiu matrimônio por duas vezes com a família cabocla. A primeira esposa, Ana, teve três filhos: José Índio de Souza, Joverdil Índio de Souza, Maria Índia de Souza. Já na segunda união, com Maria Rosa das Neves, teve dez filhos: Dulce, Amélia, Pedro, Amasilde, Antônio, Teresa, José, Isabel, João e Rosa. Todos registrados com o sobrenome Índio.

Os descendentes de Manoel Índio de Souza, nomeados de acordo com o patronímico Índio, estabelecem relações de alianças matrimoniais com os “Caboclos”, que também recebem essa designação de acordo com critérios de disfarce étnico, pois, segundo a oralidade, os caboclos guardam no seu interior a resistência ao massacre das culturas indígenas na região. Os patronímicos “Índio” e “Caboclo” são casamentos de etnias perseguidas que resistiram ao longo da história. Assim descreve Mattos:

O nome Caboclo traz em si uma memória étnica, porém de uma situação de “disfarce” da condição indígena. Por isso não carrega, como o nome Índio, o peso dos mesmos qualificativos, uma vez que pressupõe um maior grau de “domesticação” ou mesmo “escravidão.” (MATTOS, 2002, p. 503).

A nova identidade indígena, autoproclamada araná, (re) surgida a partir do cruzamento de matrizes culturais diversificadas, se expressa pelo discurso característico do movimento indígena nacional, que fornece os elementos simbólicos para a reeducação e revalorização de sua memória social, base do movimento de educação e “intensificação” étnica.

A GESTÃO DEMOCRÁTICA E O PLANEJAMENTO

A gestão é uma das áreas de conhecimento exercida de forma permanente no acesso e na vigilância dos direitos pela cidadania.

Na trajetória araná, diversas organizações chamam para si e executam as ações de acordo com as demandas e necessidades do grupo e do cenário político. As instituições estratégicas que impulsionam a educação são organizações não governamentais localizadas no terceiro setor, tais como CIAPS, Cedefes, Cimi, Cese, GTME e Maristas.

Os documentos e as entrevistas nos permitiram analisar e aprofundar as demandas dos indígenas e uma parceria em torno de projetos, atividades de formação, articulação e pesquisa. As instituições trabalham em uma rede organizada com foco na formação para a participação exercitando a democracia. A gestão se dá de forma participativa e democrática, pois não há uma única organização ou entidade fazendo o processo sozinho. Há uma mobilização de pessoas e competências potencializadas em esforços coletivos. Segundo Lück,

[...] uma forma de conceituar *gestão* é vê-la como um processo de mobilização de competências e de energia de pessoas coletivamente organizadas para que, por sua participação ativa e competente, promovam a realização, o mais plenamente possível dos objetivos educacionais. (LÜCK, 2006, p.21).

As ações são desenvolvidas com grupos indígenas, mediadas por pesquisadores e educadores sociais externos, e lideranças da etnia. Encontros de formação, reuniões e assembleias são frequentes. Com a organização do CIAPS, o grupo reivindica autonomia. Nesse sentido, entendemos uma retomada da autogestão que inicia demandas políticas para proteger a memória dos antepassados e aprimora as relações de aprendizados a partir do momento em que a etnia necessita aprender, na liberdade, os caminhos para oficializar a identidade e garantir espaço na cidadania. Luengo (2000, p. 40), no livro *Pedagogia libertária: experiência hoje* define a autogestão da educação como um processo de condução da própria formação. “Se houver um conceito claro de igualdade, cada pessoa poderá funcionar coletivamente e, assim, eliminar-se-ão personalismos, [...] dependências, medos e discriminação, violência e repressão [...]”.

Observou-se, no entanto, uma rede de pessoas e organizações no exercício da gestão compartilhada que buscou cooperação em todo o processo educativo. As atividades são feitas por meio de planejamentos, com projetos específicos, encontros de organização e formação, mobilizações, dependendo dos contextos e demandas; as organizações e pessoas entram e saem do cenário, exercendo a gestão participativa descentralizada. Chamon enfatiza a importância do trabalho social em rede:

As mudanças na conjuntura política levam também ao fortalecimento de outros atores sociais relevantes na sociedade civil, tais como as ONGS [...] Esse cenário gerou

a necessidade de articulação, e a maioria dos movimentos rurais ou urbanos passam a atuar em redes e construir agendas anuais de congresso. (CHAMON, 2007, p. 5).

Existem projetos educativos de mobilização, de apoio financeiro, de comunicação e publicidade. Cada entidade aparece assumindo uma função ou mais. As entrevistas e o cartaz já citado nos permitem explorar a ideia da existência de um planejamento, que vai realizando-se aos poucos e de acordo com as demandas e exigências do campo da educação.

As organizações internacionais Áustria KMB e Áustria Voralberg, a Arquidiocese de Belo Horizonte, os Irmãos Maristas e Coordenadoria Ecumênica de Serviços (Cese) são algumas das entidades que contribuem para o processo de financiamento das atividades formativas, de pesquisa e de aquisição de bens e serviços.

Em trabalho de campo realizado no sítio em Coronel Murta, Manoel Índio Filho, vice-presidente da Associação Aranã, relata, na entrevista, a contribuição dos maristas e da indigenista Geralda na elaboração de projetos: “A gente não sai assim para buscar projeto. [...] O caso dela é que ela faz projeto bom. [...] Os irmãos maristas, tem hora que a gente consegue fazer uns projetos e eles apoiam”.

Na análise do cartaz, percebemos uma esfera imensa de relações focada na organização e na gestão democrática. Destacamos o papel dos espaços informais de educação e a gestão participativa das instituições que contribuíram para o desenvolvimento de aprendizagens e a oficialização da identidade.

A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA E A INTERFACE COM A IDENTIDADE

É nesse novo paradigma posto pelas organizações que ajudaram a elaborar a Constituição de 1988, que os aranãs decidiram conquistar a cidadania indígena. Para que isso acontecesse, foi necessário aprender a elaborar suas demandas por meio de documentos, apresentando-os aos órgãos públicos. Identificamos documentos enviados às instâncias de poder local, estadual e nacional. A carta assinada por diversos membros do grupo e enviada à Funai, em Brasília, respalda a história coletiva do grupo e o pedido de acesso à oficialidade por meio da terra. A análise do discurso da carta³ escrita ao promotor Álvaro Ricardo de Souza Cruz, enviada à Procuradoria de Belo Horizonte, revela a determinação de uma comunidade em comunicar ao Estado a sua história exigindo oficialização: “Como é do vosso conhecimento, o Povo Aranã, originário dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, está reivindicando do Estado o seu reconhecimento étnico”.

Os direitos políticos são legitimados pelo voto e, nesse sentido, todos os membros possuem título de eleitor, mas a participação efetivada pela filiação partidária como espaço de representação da organização não foi encontrada. De um modo geral,

³ Belo Horizonte. Carta escrita em 25 de outubro de 2000. Fonte Cedefes.

eles utilizaram espaços construídos por outros segmentos da sociedade. Luciano, na entrevista, relatou as dificuldades das etnias em se mobilizarem e ocupar espaços partidários como força de coalizão e de disputa política. “A formação deles ainda é muito pequena em termos da militância política partidária. [...] Tendo em vista que o mundo indígena tem um sistema social muito diferente do que é o sistema hoje para a sociedade. [...] Agora, lá nos araná, eu acho que isto é um processo ainda muito novo”. Percebemos que, de um modo geral, eles não foram capacitados e incentivados para inserirem-se nos partidos políticos, mas ocuparam com determinação espaços públicos por meio do movimento indígena.

Diversos documentos comprovam a presença efetiva da etnia no Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais. Identificamos um documento⁴ escrito junto com o povo Caxixó enviado à Funasa, em nome do coordenador regional, Federico Carlos de Carvalho Soares:

Nós, povos indígenas Kaxixó e Aranã, [...] fazemos as seguintes reivindicações: inclusão no programa de atendimento à saúde indígena. [...] estabelecer normas adequadas de atendimento junto às secretarias municipais de Saúde em Araçuaí e Coronel Murta [...]. Valorização da medicina tradicional de ambos os povos. Participação nos cursos de formação de agentes de saúde.

A Secretaria de Cultura, Meio Ambiente e Turismo de Capelinha convidou a etnia para participar do I Movimento Cultural do Município, reconhecendo, assim, a riqueza cultural e a presença dos araná na região. Estes aproveitaram a oportunidade para divulgarem a própria história e tornar conhecidas suas reivindicações. A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em Governador Valadares foi um dos órgãos públicos de contato dos indígenas na região. O grupo enviou documento à Administração Executiva Regional, informando sobre sua realidade e solicitando inserção nos programas governamentais destinados aos indígenas. Trezes pessoas assinaram o documento.

Depois de três meses que a etnia havia dirigido carta à Funai reivindicando direito cultural, os desdobramentos políticos para aquisição de direito social à saúde foi acionado.

Recomendação nº 08/2001, do procurador da República de Minas Gerais, Álvaro Ricardo de Souza Cruz: Resolve editar RECOMENDAÇÃO ao coordenador regional de Fundação Nacional da Saúde em Minas Gerais, para que inclua, desde já, para fins de assistência à saúde, o Povo Indígena Aranã no conjunto da população-alvo da política de saúde neste Estado.⁵

⁴ Belo Horizonte. Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais, 19 de outubro de 2000. Fonte: Cedefes. O povo Caxixó também é uma etnia ressurgida e oficializada em 2003.

⁵ Minas Gerais. Ministério Público Federal. Procuradoria da República em Minas Gerais. *Recomendação n. 8, de 3 de outubro*. Belo Horizonte, 2001.

O acesso aos direitos sociais tem sido um longo processo na história da política brasileira. Sendo o Vale uma região com baixo desenvolvimento econômico, onde as desigualdades sociais são mais acentuadas, o acesso à cidadania plena tem se constituído em um grande desafio. Nesse sentido, resgatar o ser índio representou ganhos significativos naquele contexto se relacionados aos não índios.

Constatamos, em alguns documentos, a presença do grupo em encontros em que existiu a reivindicação pelas políticas educacionais. O documento final do 1º Encontro dos Povos Indígenas de Minas Gerais e Bahia, realizado no Vale do Jequitinhonha, com o objetivo de avaliar a Marcha Indígena de 2000 e rever o Estatuto dos Povos Indígenas, respalda a educação como uma das dimensões importantes a serem encaminhadas. O documento pontua uma visita à Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, na tentativa de articular políticas diferenciadas de educação para essas culturas.

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como instituição pública de ensino, é mencionada na cópia do cartaz como uma das parceiras na educação indígena. A conquista recente na política de cotas da educação garantiu aos índios espaço na universidade.

Em entrevista realizada com os índios na cidade de Belo Horizonte, foi possível perceber um nível de consciência e de retomada da cultura. Embora eles afirmem não participar de forma efetiva do movimento, por serem urbanos, e terem uma agenda de trabalho inadequada para determinadas ações do movimento, ao serem indagados sobre a história familiar e um projeto para o futuro, a etnia comprovou sua participação no processo de retomada da cultura.

Constatamos, de fato,⁶ que a etnia continua se articulando. Ata de reuniões e listas de presenças mencionam a assinatura de Pedro Paulo Martins Araná em uma oficina de capacitação do projeto “Índios em Belo Horizonte e Região Metropolitana”, e em reuniões de articulações de demandas políticas com a seguinte pauta: criação de uma casa das etnias, na Avenida Afonso Pena (Centro de Belo Horizonte), em negociação em Brasília; vestibular para indígenas nas UFMG; fundação da Associação dos Povos Indígenas da Região Metropolitana; comércio de artesanato; saúde. Esses documentos confirmam a presença dos aranás no processo de luta política e proteção das culturas. Em parceria com outras etnias do Estado de Minas Gerais, eles reivindicam espaço de proteção à cultura. Trabalham na articulação de projetos de sobrevivência econômica envolvendo Município e Estado.

A terra representa a utopia insistentemente almejada nos discursos. Perdendo simbolicamente a relação com a terra, os espaços ocupados pela etnia não representam lugares onde a cidadania esteja equacionada. No documento “Pedido de apoio”,

⁶ Lista de presença da reunião do Projeto Índios em Belo Horizonte e Região Metropolitana, 25 abr. 2009. Lista de oficina de Capacitação do Projeto Índios em Belo Horizonte e Região Metropolitana, 11 jul. 2009. Ata de reunião índios na cidade, 29 out. 2009.

encaminhado ao Instituto de Terras MG⁷, os aranás demonstram poder de articulação e reivindicam a terra.

A terra é referendada nos discursos de todos os entrevistados como um direito fundamental a ser adquirido. É redesenhada nos atos de fala com uma dimensão idealizadora, porém permeada de barreiras e conflitos. Mapas já citados mostraram a região onde habitaram os antepassados da etnia araná, hoje propriedade de diversas pessoas. A Diocese da cidade é proprietária de uma parte dessas terras onde os antepassados habitaram. Ao realizarmos entrevista com Dom Enzio, bispo emérito da Diocese de Araçuaí e participante ativo dos Direitos Humanos na região, ele nos pediu que não gravássemos sua fala. Comentou sobre os conflitos desencadeados pela etnia com a Diocese ao ocupar a sede da fazenda, reivindicado o acesso à terra. Afirmou que a Diocese não tem condições de ceder a terra. O seu discurso deixou transparecer certa decepção com o avanço da consciência política daquele povo, algo que a própria Igreja local e o Cimi ajudaram a fomentar.

CONCLUSÕES

A pesquisa analisou a educação política desencadeada pelos aranás na Região Norte do Estado de Minas Gerais, identificando as associações criadas por eles entre o registro da identidade étnica e a conquista da cidadania.

Ao tocar na história dos antepassados da etnia, procuramos identificar, por meio de documentos, um retorno aos fatos históricos, desconstruindo leituras impostas pelas estruturas de poder político vigente, identificando, assim, contextos de resistências desconhecidos até então pela sociedade. A ligação dos aranás atuais com seus ancestrais botocudos descritos pela pesquisadora Mattos comprova o espaço de resistência política desencadeada por esse grupo no decorrer dos séculos XIX e XX.

Os discursos dos entrevistados recontaram a história com base nas novas descobertas, ressaltando a importância do movimento político. Na década de 1990, intensificou-se o processo de contatos e atividades políticas. Nesse sentido, o grupo passou a ser acompanhado por um corpo técnico especializado, contando com atuação das ONGs e a contribuição da sociedade civil em geral. O trabalho de orientação e resgate da cultura foi feito por meio de convivências com o movimento indígena, pesquisas históricas, encontros de formação, assembleias, semanas indígenas, visitas, discursos e demandas nas instâncias de poder, sendo muito citadas as organizações Cedefes e o Cimi.

Os membros da etnia são estimulados a participar como protagonistas. A sensibilidade, a escuta e a capacidade de aprender a “ler o mundo” se constituíram num caminho educativo, levando-os a ocuparem espaços de atuação política dentro da sociedade. Podemos concluir que os aranás equacionaram as seguintes saberes:

⁷ Belo Horizonte. Fundação do Instituto de Terras, 3 out. 2002. Fonte: Cedefes.

- *prática*: eles aprenderam a participar e se organizaram em torno do eixo causas identitárias;
- *teórica*: os conceitos-chave que mobilizaram o grupo foram a inclusão social, a participação, a emancipação e a cidadania;
- *técnico-instrumental*: organizaram-se juridicamente, registrando o CIAPS, e aprenderam a lidar com os órgãos governamentais e sua burocracia, demandando documentos e tramitando papéis;
- *cultural*: contribuíram e receberam formação, aprendendo a interagir com a pesquisa da história da etnia, ajudando a fazer, por escrito, o registro da oralidade das histórias de vidas das famílias Índio e Caboclo;
- *social*: aprenderam a falar e a ouvir em público;
- *política*: aprenderam, por meio de formações, os direitos de cidadania e os demandaram nos organismos governamentais.

As linguagens são reveladoras de um poder de conhecimento político mediado pelas experiências pessoais, coletivas, em contínuo processo de reflexão. Observamos uma pedagogia embasada na convivência, partilhas e trocas de experiências mediadas pelas teorias que, na intertextualidade, evidenciaram experiência de aprendizado da cultura, da autoestima pessoal e grupal, resignificando, assim, a existência do/as participantes.

A gestão participativa foi identificada por meio da realização de atividades conjuntas num processo intenso de parceria, sendo o orçamento das demandas de projetos financiado por mais de uma instituição.

A gestão do CIAPS nos pareceu intensa, porém com dificuldades. A prática deixou transparecer a necessidade de continuidade de assessoria no processo de formação de liderança, uma vez que as ONGs haviam diminuído os encontros, pois a etnia havia sido oficializada.

A participação nos meios de comunicação sinalizou uma articulação planejada e com capacidade de sensibilização tanto na imprensa escrita como na falada. As organizações contribuíram para o respaldo, e o grupo atingiu um amplo espaço, sendo noticiado na TV Globo (documentário Semana dos Povos Indígenas), TV Grande Minas, Revista Setas / CAD, Rádio Araçuaí, Rádio Coronel Murta, jornal Estado de Minas Gerais, Jornal Itambacuri, Jornal o Poratin (Brasília), entre outros.

A unanimidade dos membros da família na demanda política por identidade não foi identificada, o que sinalizou estar associado às dificuldades socioeconômicas e de articulação entre a região de Araçuaí e outras cidades e estados, onde parte da família é residente. No entanto, a ausência de um envolvimento de todos os membros não foi um empecilho para a conquista do reconhecimento étnico.

Os membros da etnia entrevistados em Belo Horizonte acompanharam com menos intensidade as lutas, por considerarem difícil articular o movimento político com as exigências do mundo urbano. Porém, depois da oficialização, em 2003, é possível identificar um processo gradativo de organização na cidade de Belo Horizonte. Os contatos com o Cedefes têm contribuído para a continuidade do processo formativo. A educação, o repasse e a divulgação da cultura tem se concretizado em diversos espaços da sociedade, inclusive nas escolas estaduais de Minas Gerais, onde eles construíram relações educativas.

A categoria cidadania não se apresentou de forma gradativa e totalizante na análise de entrevistas e documentos. A pesquisa sinalizou fragilidades no acesso ao trabalho digno e a condições de políticas agrícolas favoráveis para os membros de Coronel Murta.

Ganhos específicos na *educação* universitária são visíveis, pois eles passam a usufruir de projetos específicos de inclusão. Uma boa educação universitária alinhavada com uma contínua formação política realizada nos diversos espaços da sociedade pode alavancar processo de conquista dos direitos humanos.

A terra ainda não foi conquistada. Diversas tentativas de reivindicação foram documentadas. Para alguns membros, o reconhecimento só tem sentido com a posse da terra. As análises comprovam o desejo de um espaço comum, no entanto os registros das falas oscilam entre a ideia de terra comunitária e a propriedade privada. Não há uma concepção forte de territorialidade na etnia. Os impactos e as influências da cultura da colonização provocaram em partes a aculturação.

Alguns membros falam de reservas ecológicas, parques de proteção. No entanto, é preciso esforço conjunto para responder às distintas realidades. Há uma sensibilidade no urbano para o retorno a terra, o que nos pareceu forte nos membros que moram na cidade. No entanto, é preciso escutar esse povo com mais seriedade e assessorar, por meio de políticas públicas, suas demandas específicas. Considerando os desfechos e os desencontros da história, é preciso refletir um modelo de territorialidade e de preservação da cultura que dê conta de responder às exigências de um modelo de etnia alterado no seu percurso, mas desejoso de compreensão e justiça.

Ambas, identidade e cidadania têm interface, pois, sem o registro da identidade étnica, não haveria possibilidades de conquistas específicas na cidadania indígena. Porém a terra conquistada maior, continua emperrada e é preciso rever estratégias de participação para não perder o ritmo de aprendizado e retroceder nos ganhos políticos.

ARAÚJO, Vera Lúcia Soares de; BERTAN, Levino. Education, Identity and Citizenship: a Reading of the Political Action of the People “Risen” Aranã. *Educação em Revista*, Marília, v. 14, n. 1, p. 37-52, Jan.-Jun. 2013.

ABSTRACT: The research entitled: Education, Identity and citizenship: a reading of the political action of the people “risen” Aranã – had as its objective comprehend the political education process, initiated by the Aranã indians at the northern of Minas Gerais estate. The project observed the historical context of the “risens”, the history of resistance of the Indian and Caboclo family, and the participative management of the NGOs – Non-governmental Organizations that mediated the procedures of reorganization of ethnicity. It was identified on the educational process, the learning of political knowledge that conducted to the official ethnicity. The cultural identity learning, its recognition, provided significant gains in citizenship. Citizenship understood as a process in construction and unfinished. The research was developed on the qualitative approach, using as a procedure the case study. It was used two sources to answer the proposed objective: one documental written and another oral done by interviews partially structured. The interview was done with thirteen people, among them ten members from the ethnicity, and three managers of educational organizations of the Aranã indians, at the completion of a Scientific Initiation Project, of the Pontifical Catholic University from Minas Gerais.

KEYWORDS: Political education. Management. Ethnic identity and citizenship

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. *Educação e emancipação*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BOSI, E. *Memória e sociedade*. 5. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Saraiva 2000.
- CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil o longo caminho*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CHAMON, E. M. Q. O. *Gestão de organizações públicas e privadas*. (Org.). Rio de Janeiro: Brasport Livros e Multimídia, 2007.
- GOHN, M. G. *Educação não formal e o educador social atuação no desenvolvimento de projetos sociais*. São Paulo: Cortez, 2010.
- FREIRE, P. *Conscientização teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2005.
- LANGNESS, L. L. *História de vida na ciência antropológica*. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1973.
- LAPLANTINE, F. *Aprender antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- LAVILLE, C.; DIONNE, J. *A construção do saber*. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- LUCK, H. Perspectivas da gestão escolar e implicações quanto à formação de seus gestores. *Em aberto*, Brasília, DF, v. 17, n.72, p. 11-33, fev./jun. 2000.
- LUENGO, J. M. *Pedagogia libertária: experiências hoje*. São Paulo: Imaginário, 2000.

MATTOS, I. M. “Civilização” e “Revoltos” povos botocudos e indigenismo missionário na Província de Minas. 2002. 577 f. Dissertação (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade de Campinas, Campinas, 2002.

PINSKY, J.; PINSKY, B. C. *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.

QUINY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva, 1998.